Comissão de Minas e Energia

REQUERIMENTO N°, DE 2025

(Do Sr. Deputado Alceu Moreira)

Requer o aditamento ao Requerimento nº 90/2025 – CME, de autoria do Deputado Alceu Moreira (MDB/RS), que solicita a realização de Audiência Pública para debater a fiscalização da mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel B e os impactos concorrenciais, ambientais e ao consumidor decorrentes da prática de não conformidade.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 90/2025 – CME, que solicita a realização de audiência pública para debater a fiscalização da mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel B e os impactos concorrenciais, ambientais e ao consumidor decorrentes da prática de não conformidade.

Considerando a relevância do tema e a necessidade de ampliar o debate com representantes dos setores diretamente envolvidos na produção e comercialização de biocombustíveis, proponho a inclusão dos seguintes representantes como convidados para a audiência pública:

Requer a inclusão a este aditamento inclusão dos convidados representante da:

- Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis – BRASILCOM
- Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes -FECOMBUSTIVEIS





A presença desses convidados contribuirá para um debate mais amplo e técnico, proporcionando diferentes perspectivas sobre os impactos das medidas regulatórias e a sustentabilidade do setor de biocombustíveis no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

O aditamento da audiência pública prevista no Requerimento nº 90/2025 – CME, que da lei nº 14.993/2024 e o programa "Combustíveis do Futuro" estabeleceram o cronograma de aumento progressivo do teor obrigatório de biodiesel no óleo diesel B, com metas de mistura que podem atingir 20% até 2030.

Entretanto, para que o debate seja completo e reflita a complexidade da cadeia, é essencial garantir a participação dos segmentos produtivos e das entidades representativas do setor de biodiesel, diretamente impactados pelas políticas regulatórias discutidas.

A inclusão de representantes da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis e Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes – FECOMBUSTIVEIS é imprescindível para que se ouçam também as vozes dos produtores e articuladores do comércio de combustíveis.

Diante disso, justifica-se plenamente o presente requerimento de aditamento, com vistas a ampliar a pluralidade de opiniões e fortalecer o papel da Comissão de Minas e Energia na mediação desse tema estratégico para o país.

Sala da Comissão, em

de

de 2025.

Deputado Alceu Moreira
(MDB/RS)



